



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
Esplanada dos Ministérios, Ministério da Justiça, Bloco "T", Edifício Sede, Sala 500
Brasília, DF – Brasil
CEP: 70.064-900

2ª Conferência Ministerial de Revisão da Declaração de Genebra sobre Violência Armada e Desenvolvimento

Genebra, 31 de outubro - 1º de novembro de 2011.

Regina Miki
Secretária Nacional de Segurança Pública
Brasil

Estimadas Senhoras e Estimados Senhores,
Senhor Presidente da Sessão, obrigado por conceder a palavra,

Gostaria inicialmente de reforçar a importância dessa II Conferência de Exame da Declaração de Genebra sobre Violência Armada e Desenvolvimento.

O Brasil é um país que não possui conflitos armados internos, internacionais ou de cunho político. Entretanto, reconhecemos como uma prioridade a necessidade de controle sobre a circulação de armas e munições.

Em agosto de 2009, promovemos a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, composta por mais de 1.500 reuniões distribuídas em 265 cidades e que ouviram, através de debates e votações, mais de 530 mil brasileiros. Dentre as 40 diretrizes priorizadas ao final do processo, consta a reafirmação da legislação restritiva à aquisição e à circulação de armas, bem como a importância do seu recolhimento.

Isto expressa os esforços significativos que o Governo Brasileiro dedica à matéria, reconhecendo-a como política de Estado. Nossa legislação é bastante restritiva tanto no que diz respeito à aquisição como para a circulação de armas e munições, e suas respectivas penas são proporcionais à gravidade de possíveis delitos.

Em maio de 2011, o Governo Federal, em parceria com organizações e redes da sociedade civil, lançou a terceira campanha de mobilização da população para a entrega voluntária de armas. Além dos investimentos com divulgação, o Estado paga ao cidadão por cada arma recebida. A rede de recolhimento abrange todas as 27 unidades da federação e conta com 1.855 postos. Nas três campanhas realizadas, foram retiradas de circulação, até o momento, mais de meio milhão de armas.

O Brasil possui cerca de 17 mil quilômetros de fronteiras secas com 10 países e mais de 8 mil quilômetros de fronteira marítima. Para estas regiões o Governo Brasileiro desenvolve e intensifica políticas específicas, alcançando portos, aeroportos e rodovias. Essas ações ocorrem de forma integrada entre os diversos órgãos governamentais brasileiros e em cooperação com as nações vizinhas.

As políticas públicas de prevenção à violência e à criminalidade precisam estar em equilíbrio com as ações de repressão qualificada. A violência é um fenômeno que possui múltiplas causas, e, portanto deve ter um conjunto diversificado de respostas. As ações preventivas largamente desenvolvidas em todo o país pela União, Estados e Municípios possuem como foco as raízes socioeconômicas do crime. De outra sorte, as ações de repressão qualificada preconizam a atuação de profissionais altamente capacitados, com a utilização de inteligência e tecnologia avançada para a redução da impunidade. O uso diferenciado da força está normatizado no país, e já foram capacitados na filosofia do policiamento de proximidade mais de 65.000 agentes de segurança pública.

Todas essas políticas implementadas pelo Governo Brasileiro possuem como objetivo e balizador permanente o respeito aos direitos humanos e a construção de uma cultura de paz.

Regina Maria Filomena de Luca Miki